

1. Introdução

Qual é o significado de eleições em Angola? Parece claro que depois de quase trinta anos de guerra civil, a transição para a democracia constitui um enorme passo na reconstrução do país. O governo da República de Angola anunciou, repetidamente, a intenção de realizar eleições, em breve, mas não estabeleceu data. Ainda assim, e mesmo com os cidadãos já se registando como eleitores, predominam as incertezas sobre o pleito e o seu resultado.

Neste contexto, a importância de educação cívica não pode ser enfatizada demais: é verdade que "não é possível comer liberdades cívicas", mas as pessoas podem e sabem comparar as condições de vida durante a guerra e no tempo da paz.¹ A população experimenta um melhoramento tangível da vida se têm a liberdade de expressão; se podem conduzir os seus negócios sem interferência arbitrária e ilegítima das autoridades do estado; se as infra-estruturas são suficientes e em bom estado; se há livre circulação de bens e pessoas e se há segurança no país; e se os cidadãos e as cidadãs são protegidos pelas leis nacionais. Portanto a paz já trouxe estes melhoramentos para o povo angolano?

O objectivo desta pesquisa é delimitar os parâmetros das futuras intervenções do projecto PECE-II da DW – Development Workshop Angola. Este "Projecto de Educação Cívica e Eleitoral" já foi iniciado em dez províncias do país. A segunda fase do projecto abrangerá mais seis províncias de Angola. O levantamento de base (baseline-study) pretende: a) identificar e incluir desde a fase inicial os parceiros locais, para a implementação do projecto, b) ajudar a definir com os parceiros os temas para as futuras intervenções e avaliar quais são os pontos sensíveis a observar nestas mesmas actividades de educação cívica, e c) medir alguns indicadores de base, como foram definidos pela Comissão Europeia, a doadora principal do projecto, para depois poder avaliar se, com as intervenções, houve um impacto mensurável nas comunidades de alvo.

Os indicadores definidos pelos doadores incluem:

- o medo das próximas eleições, bem como os receios ainda presentes na população
- a participação e o interesse de jovens e mulheres nas intervenções de educação cívica e eleitoral
- a consciência política e a compreensão do sistema político de Angola
- a confiança da população nas instituições do estado, sobretudo para a resolução de conflitos comunitários.

Para este efeito, o consultor e o director do programa elaboraram o inquérito do qual os resultados serão apresentados do modo seguinte. O inquérito utiliza maioritariamente métodos quantitativos para levantar as atitudes dos respondentes, mas também deixou espaço livre para a expressão de opiniões e vontades. Essas declarações de natureza qualitativa também foram reagrupadas em diferentes categorias e servem como ilustração das varias opiniões recolhidas. Além disso também foi possível estabelecer certas correlações lineares e regressões entre variáveis onde estas provaram ser significantes.

Por constrangimentos e falta de tempo foi decidido que fossem estabelecidos dois dias de formação para os parceiros locais, um realizado em Luanda, com os participantes de Luanda, Kuanza Norte e Zaire, e outro no Lubango, com activistas de Huíla, Namibe e Cunene. Os parceiros responsáveis pela implementação do projecto foram convidados a participar dessas duas sessões de formação, para que eles e elas possam conduzir o inquérito nas suas comunidades e contribuir para o melhor entendimento da situação nas áreas de alvo. Através disso as actividades de educação cívica poderão ser adaptados às condições específicas das províncias. Mais importante ainda: desta maneira, os parceiros locais para a implementação do PECE-II já são integrados no processo desde a fase inicial.

Este relatório está organizado em seis capítulos. A seguir desta introdução, o capítulo 2 determina o enquadramento geográfico do levantamento, também como a distribuição por género e idade dos entrevistados. O capítulo 3 apresenta o perfil dos entrevistados, quer dizer, a ocupação e as habilitações literárias dos respondentes. O capítulo 4 trata dos

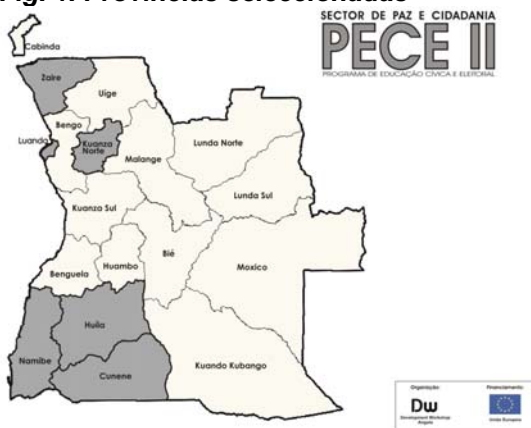
¹Robert Mattes and Michael Bratton, Learning about Democracy in Africa: Awareness, Performance, and Experience, *American Journal of Political Science* 51.1 (2007): 198.

conflitos nas comunidades. Perguntamos se houve pessoas que perderam as suas casas, lavras ou os seus terrenos nos últimos cinco anos, e tentamos determinar qual foi a instituição que ajudou a resolver estes conflitos. Pretendemos estabelecer um relacionamento entre a confiança na administração e a atitude para com o processo eleitoral. O capítulo 5 aborda a pergunta da consciência política dos entrevistados. Não só tentamos ver se as pessoas já fizeram o registo eleitoral, ou se ainda têm receios do processo, mas também as interrogamos sobre as motivações de participar no processo eleitoral e as esperanças ligadas às eleições. O capítulo 6, enfim, avalia a participação em actividades de educação cívica e tenta acertar os temas para futuras intervenções. Embora a pesquisa seja bastante grande ($n=1298$), as repostas são variadas e não podem ser vistas como conclusivas, mas dão uma indicação dos possíveis focos nas comunidades de alvo. Estes pontos serão prosseguidos na conclusão para resumir algumas lições aprendidas face aos resultados obtidos nesta pesquisa.

2. Enquadramento Geográfico

Enquanto a primeira fase do PECE cobriu as oito províncias de Cabinda, Malanje, Huambo, Bengo, Uíge, Kuanza Sul, Benguela, Bie, Moxico e Kuando Kubango, o PECE-II abrange as seis províncias de Luanda, Kuanza Norte e Zaire no norte, como as províncias de Huíla, Cunene e Namibe no sul do país.

Fig. 1. Províncias seleccionadas



2.1. Distribuição dos Inquéritos por Província e Género

A pesquisa foi feita em um universo de 1298 pessoas, distribuído entre 556 mulheres e 742 homens. Como a escolha dos respondentes foi

entregue aos parceiros locais, não era certo se seria possível obter uma distribuição equilibrada entre os géneros. No primeiro lugar em termos de números vem a província de Huíla com um total de 704 respondentes, ou sejam, 392 homens para 312 mulheres, seguido da província de Luanda, com 254 entrevistados, mas com uma distribuição entre os géneros menos equilibrada, com 161 homens por 93 mulheres.

Quanto a cobertura das províncias, houve grandes diferenças entre elas: A província de Luanda é um caso especial, visto a densidade populacional e a pequena superfície. Embora termos uma boa cobertura dos vários municípios e bairros, o número total de respondentes é de 254, que é pouco para uma cidade de cerca de 4.5 milhões de habitantes. Não obtivemos nem mesmo uma representação de bairros formais dentro da cidade, dos bairros peri-urbanos, e dos subúrbios, como Viana e Cacuaco. Ao primeiro olhar, e comparando com Luanda, a predominância de Huíla pode surpreender, mas explica-se facilmente com o grande número de participantes desta província, e o entusiasmo impressionante com o qual fizeram parte no dia de formação. Sendo assim, temos a maior cobertura de municípios e bairros diferentes na província de Huíla.

O Zaire (38) e o Namibe (48) entregaram um pequeno número de inquéritos, mas como só houve um participante de cada uma destas províncias, o esforço de ao menos fornecer resultados é muito laudável. Por conseguinte, estas duas províncias tiveram a menor cobertura, com apenas um município, quer dizer, três a quatro bairros seleccionados.

Na maioria dos casos, a distribuição entre os géneros foi bastante equilibrada, com relacionamentos a cerca dos 1,5 homens por cada mulher. As excepções notáveis são a província do Namibe, com um desequilíbrio de 2,2 homens por cada mulher entrevistada, e o Cunene onde temos a predominância surpreendente de 1,2 mulheres para cada homem. Mesmo com um desequilíbrio de 1,3 homens por mulher, no total, o grande número de respondentes faz com que os resultados possam ser vistos como representativos para ambos sexos.

Tabela 1. Distribuição dos inquiridos por província e género

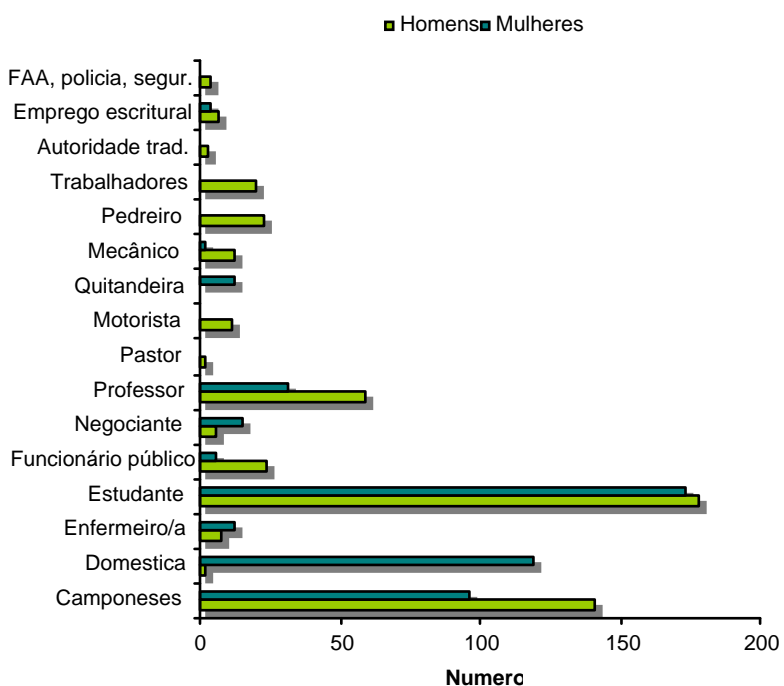
Província	Total:	homens:	mulheres:	rel.
Luanda	254	161	93	1,7 :1
Kuanza Norte	109	67	42	1,5 :1
Zaire	38	23	15	1,5 :1
Huíla	704	392	312	1,2 :1
Cunene	107	48	59	1: 1,2
Namibe	48	33	15	2,2 :1
n/a; outras:	38	18	20	1: 1,1
Total:	1298	742 57%	556 43%	1,3:1
Idade mediana		26	24	

A idade média dos entrevistados é de 29 anos para as mulheres, e 31 anos para os homens. Isto é devido a poucos mais velhos que aumentaram a idade média. Mais interessante para nossos objectivos, portanto, é a idade mediana, de 24 e 26 anos, respectivamente, que representa o segmento de idade onde o maior número de entrevistados pode ser constatado. Desta maneira, a distribuição de idade reflecte a estrutura demográfica de Angola, com muitos jovens, que agora vão pela primeira vez participar do processo político. Isso é importante, porque estes jovens representam uma nova geração de angolanos que, pela primeira vez, irão ter a oportunidade de influir no processo político e contribuir para a mudança do país.

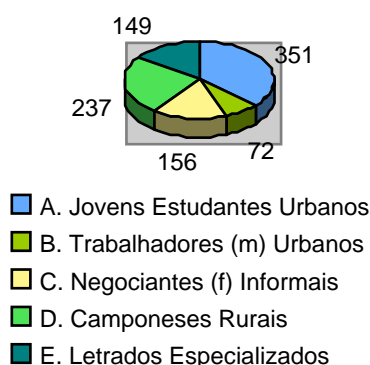
3. Perfil dos entrevistados

Para a pesquisa ser representativa, foi estabelecido o objectivo de levantar as opiniões de angolanos e angolanas de todos fundos e classes sociais. Na Tabela 2, portanto, vê-se logo que predominam os estudantes, seguidos pelos agricultores/camponeses. A predominância de estudantes não é tão surpreendente como pode parecer, visto o largo grupo de jovens entrevistados. Em segundo lugar das mulheres já vêm as domésticas, que também representam a ocupação com a maior desigualdade entre os géneros, com 119 mulheres para 3 homens. As quitandeiras e comerciantes também são mulheres quase na totalidade do grupo. Igualmente, há profissões predominantemente masculinas: Enquanto há pelo menos uma ou duas mulheres representadas nos grupos dos pedreiros e mecânicos, os outros trabalhos manuais, como

construtores, electricistas e carpinteiros são, neste inquérito, uma ocupação exclusivamente masculina. Claramente sub-representados são as autoridades tradicionais e religiosas, assim como os médicos.

Fig. 2. Perfil dos entrevistados

Agregando as profissões com a idade, as habilitações literárias e o local de residência portanto, é possível criar perfis diferentes que podem servir para depois desagregar as atitudes políticas e a participação na educação cívica. Isto resulta num primeiro grupo de jovens estudantes dos ambos sexos que se beneficiaram de ensino superior (n=351). Pois obtemos um grupo de trabalhadores manuais, predominantemente masculinos e urbanos (n=72), um grande grupo de domésticas e comerciantes informais, maioritariamente mulheres (n=156), um grupo de agricultores rurais (n=237), e, enfim, um grupo de pessoas que se beneficiaram de ensino superior, e que hoje têm um emprego especializado, como professores, funcionários públicos, jornalistas, gestores, secretários, ou médicos (n=149).

Fig. 3. Perfis agregados

Visto assim, os vários tipos de respondentes podem ser visto como amostra representativa da sociedade angolana. A selecção reflecte a realidade dum mercado do trabalho segregado entre a) os géneros (B e C), b) as cidades e o interior (D), e as habilitações literárias (A, E, e B, C, D). No seguinte será possível desagregar as respostas e analisar se existem diferenças significantes entre estes perfis de respondentes.

4. Ocorrência e resolução de conflitos:

Para medir a confiança nas instituições do estado, foi colocada a seguinte pergunta: se, nos últimos 5 anos, os respondentes viveram a experiência de alguém da comunidade que perdeu a sua propriedade, como um terreno, uma lavra, ou a casa. Este é um tipo de conflito que normalmente leva os cidadãos a uma situação de interacção com a administração e os órgãos do estado. Se foi o caso de algumas pessoas terem perdido as suas propriedades, perguntamos qual foi a instituição que ajudou a resolver o conflito.

Tabela 2. Ocorrência de conflitos sobre terra

Total:	530/1298	= 41.4%
Huíla:	113/704	= 16.1%
Cunene:	23/107	= 21.5%
Luanda:	139/254	= 54.7%
K. Norte:	63/109	= 57.8%
Namibe:	37/48	= 77.1%
Zaire	35/38	= 92.1%

Quase a metade dos respondentes conhece alguém que perdeu os seus bens depois da guerra. Neste caso, há grandes diferenças entre as várias províncias. Nas províncias de Huíla e Cunene, só poucos viveram a perda de propriedade, enquanto em Luanda mais do que

50% conhecem um caso de perda de bens. Entretanto nas províncias do Zaire e do Namibe uma grande maioria dos respondentes conhece casos onde alguém perdeu o terreno ou a casa. Esta discrepância requer interpretação: será possível que a menor densidade populacional em Huíla e Cunene atenuem os conflitos sobre a terra? Em Luanda, do outro lado, é claro que houve maiores expropriações em bairros urbanos e peri-urbanos. Finalmente, nas províncias fronteiriças é possível que tenham havido muitas desapropriações clandestinas, e que, como a aplicação das leis não pode ser garantida, as violações dos direitos de pertença da terra não são prosseguidas.

Tabela 3. Resolução de conflitos: autoridade resolvente, desagregado por perfis.

Perfil	Perda de bens % (no.)	Nos casos onde houve perda, quem resolveu o conflito?		
		Admin.	Soba	Família
A:351	41% (144)	56 (38%)	44 (30%)	51 (35%)
B:72	66% (48)	10 (20%)	7 (14%)	15 (31%)
C:15 6	32% (51)	25 (50%)	17 (33%)	22 (43%)
D:23 7	24% (57)	6 (10%)	18 (31%)	11 (19%)
E:149	77% (115)	28 (24%)	18 (15%)	36 (31%)
Total	41% (538)	125 (23%)	104 (19%)	135 (25%)

Surpreendentemente, vê-se na tabela 3 que não são os camponeses que mais conheceram a perda de terrenos ou casas. Se desagregamos os resultados seguinte os tipos diferentes, vemos que os trabalhadores urbanos e os letrados especializados são mais susceptíveis de conhecer alguém que perdeu o seu terreno, enquanto as negociantes informais e os camponeses rurais revelam uma correlação negativa com a perda de bens. Isso leva à conclusão que provavelmente estes conflitos são exacerbados num meio urbano, e/ou que a sensibilidade para este tipo de conflito é mais elevada nas cidades, nos grupos de maior habilitação literária.

Logicamente, as autoridades tradicionais têm o maior papel na resolução de conflitos nas áreas rurais. Nos contextos urbanos pode ser ou a administração, ou a família, ou outros, como a igreja, que ajudam a resolver o conflito. Como num bom número de conflitos houve mais do que só uma instância que ajudou a resolver o conflito, não podem ser feitas conclusões absolutas (como bem se vê

no tipo C); nem menos parece que os jovens estudantes têm bastante confiança na administração, enquanto os letrados preferem a ajuda da família na resolução de conflitos sobre as propriedades.

Neste contexto, pode-se fazer uma correlação significativa que as pessoas que viveram a perda de propriedade nas suas comunidades são menos susceptíveis de ir votar nas próximas eleições. Isso pode ser visto como uma falta de confiança nas instituições do estado.

O mais surpreendente na pergunta dos conflitos, portanto, são os conflitos políticos: apenas 56 respondentes disseram que os partidos políticos se relacionam mal na sua comunidade, e nenhum (0) afirmou que já houve conflitos entre os militantes de diferentes partidos. Comparado com o tenor geral no país, e os incidentes reportados na mídia, isso parece muito improvável, e levanta a pergunta se este ponto do inquérito foi malentendido, ou se as pessoas não estão dispostas a falar de conflitos políticos. Se o segundo for o caso, isso sustentaria a tese que, enquanto as pessoas já falam livremente dos assuntos e problemas de cada dia, ainda há muitos receios de tratar de problemas "políticos".

5. Consciência política

Uma enorme maioria das pessoas gostariam de melhorar as condições de vida nas suas comunidades (1176/1298, ou 90.6%). Mesmo destas pessoas que negaram querer mudar qualquer coisa na comunidade, a cerca dum terço deram respostas de coisas que deviam mudar-se para o melhor. Na maioria a população está muito preocupada com o melhoramento das condições de vida, como problemas de saneamento básico, urbanização, água e electricidade ou estradas, se quer com a falta de escolas, emprego, hospitais, transportes públicos. Um bom número de respondentes também afirmou o desejo de mudar "tudo" ou "quase tudo" nas suas comunidades. Outros estão preocupados com o aumento da delinquência e da bandidagem, e gostariam ter um governo mais responsável e atento para com os sofrimentos da população, e menos corrupção. Isso reflecte as péssimas condições de vida que, mesmo com o fim da guerra, ainda não mudaram muito.

Tabela 4. Melhoramentos desejados

O quê é que gostaria melhorar na sua comunidade?

Respostas mais frequentes:

1. Escola
2. Energia, água
3. Estrada, transporte
4. Hospital, posto de saúde, maternidade
5. Emprego
6. Delinquência, bandidagem, violência
7. Acabar com a injustiça
8. Boa governação
9. Lojas, comercio, mercado
10. Lixo, latrinas, esgotos

Como pode-se ver na tabela 4, as pessoas referem-se a necessidades muito básicas, que ainda não foram satisfeitas. Na maioria são problemas sociais e infra-estruturais, que deveriam ser resolvidos por, ou pelo menos com a ajuda do estado. Neste sentido, pode-se fazer um relacionamento directo entre o desejo de melhorar as condições de vida na comunidade e a intenção de participar nas eleições. Desagregando as respostas, vemos que somente os tipos A (jovens estudantes) e E (letrados especializados) exibem uma correlação positiva estatisticamente significativa com o desejo de mudança. Quer dizer que membros destes dois grupos tem a maior inclinação de mudar as suas condições de vida. As vendedores informais, de outro lado, revelam uma correlação negativa com o desejo de mudança. Fica a interpretar se elas são mais satisfeitas com as condições de vida ou se a autoconsciência delas é menos elevada para com as suas capacidades de ser os próprios agentes de mudança.

Uma maioria dos respondentes afirma já ter feito o registo eleitoral no momento da pesquisa. Especialmente no grupo dos estudantes urbanos vê-se uma correlação significativa com ter efectuado o registo. Das 298 pessoas que ainda não se registaram, 55 são menores de idade, 32 não indicaram razão, mas 79 disseram que as brigadas de registo ainda não chegaram na sua aldeia. Existe aqui uma correlação negativa significativa com a pertença ao grupo dos camponeses rurais. Isso indica claramente que a prolongação do prazo para o registo foi uma necessidade absoluta, visto as dificuldades logísticas que as brigadas de registo tiveram ao longo do processo. Somente 5 pessoas

indicaram uma motivação explicitamente política para não fazer o registo, todas as outras deram impedimentos como a falta de tempo ou transporte, ou a ausência das brigadas como razão de não ter feito o registo.

Também são poucas as pessoas que afirmam não querer participar nas próximas eleições (196/1298, ou 15.1%). Se não querem participar, é devido a três razões, sobretudo: ainda não têm a idade de votar, têm medo das eleições, ou são frustrados com o sistema político.

Uma grande maioria dos respondentes, portanto, pretende participar nas eleições, e com motivos bem definidos: muitos são os respondentes que querem cumprir com o dever cívico de participar na reconstrução do país, mas ainda mais pessoas têm um grande desejo de mudança. Tantas respostas do tipo "Sem mim, Angola não muda", "preciso de ver coisas melhorar neste país" ou mesmo "para eleger alguém que bem dirige o país" ou "quero mudança no poder", indicam uma forte consciência política, e grandes esperanças ligadas às eleições e ao processo político. Isso pode ser surpreendente, visto que o povo angolano ainda só tem pouca experiência com a democracia, e a única vez em que foi convidado a votar, as coisas pioraram de forma quase inimaginável.

Mas dos 1298 respondentes, só 237 disseram ter medo das eleições, e uma grande maioria afirma não ter medo das eleições. Não se constata diferenças entre os géneros, idades, ou ocupações. Somente com os tipos agregados aparecem duas correlações significantes. As negociantes informais parecem ter menos predisposição para medo, enquanto os camponeses rurais tem significativamente mais medo do que os outros grupos. Isto não pode surpreender, como os angolanos no interior sofreram bastante mais guerra do que os habitantes dos centros urbanos que foram no âmbito desta pesquisa. A única outra correlação significativa que pode ser feita é entre o medo das próximas eleições e a participação nas últimas. Neste caso, não é surpreendente que as pessoas que já tinham idade de votar nas últimas eleições de 1992 (36 anos de idade ou mais) são mais dispostos de ter medo das próximas eleições. Na maioria, estes respondentes disseram que têm medo de conflitos ou confusão, mas também que não

conhecem o processo eleitoral, nem sabem o quê as eleições podem trazer. Repostas típicas são "não vejo um outro partido melhor" ou "se o MPLA perder, vai ter guerra". Ao menos, a grande maioria dos respondentes tem grandes esperanças para mudança acerca destas eleições, e tem confiança que o povo angolano vai contribuir para eleições livres e justas, e sem conflitos: "Vê-se que não haverá mais guerra".

Finalmente, tentamos estabelecer regressões entre vários factores e a intenção de participar nas próximas eleições. Para isso, só foram incluídos os respondentes maiores do que 18 anos, e pertencentes a um dos cinco grupos tipos. Isso resulta em um universo de 793 pessoas. Os critérios submetidos a teste foram a) a pertença a um dos cinco tipos, b) o medo das próximas eleições, c) o estado de registo, d) a participação no passado, e) o desejo de mudança das condições de vida, f) a perda de terreno/propriedade, e finalmente g) o número de partidos presentes na comunidade (só o partido único, ou mais do que um). Lá vê-se que os dados fornecem três variáveis significantes para a participação nas próximas eleições. A probabilidade de participar nas eleições aumenta se a pessoa já fez o registo, e se há desejo de melhorar a situação. Portanto esta probabilidade diminui se existem mais do que um partido político. Isso pode ser visto como confirmação da teoria que mais escolha complica as decisões de actores sociais, ou que, contrário a o que disseram, nas aldeias com vários partidos existem conflitos. Deveras, se deixamos de fora esta variável, o universo de pessoas cresce até incluir 974 pessoas. Efectuando os mesmos cálculos, entra uma nova variável relevante: a perda de bens e propriedades também reduz a inclinação de participar. Estes resultados podem ser interpretados que ainda existem alguns receios na população que deviam ser abordados nas intervenções de educação cívica.

Portanto a alta consciência política, assim como o optimismo predominante em todas as camadas sociais, e todos as áreas investigadas constituem uma oportunidade fantástica para intervenções de educação cívica. Os temas destas serão tratados no capítulo a seguir.

6. Participação prévia em actividades de EC.

Perguntamos aos respondentes se já participaram numa actividade de educação cívica. A tabela em baixo ilustra as diferenças entre as províncias:

Fig. 4. Participação nas actividades de EC

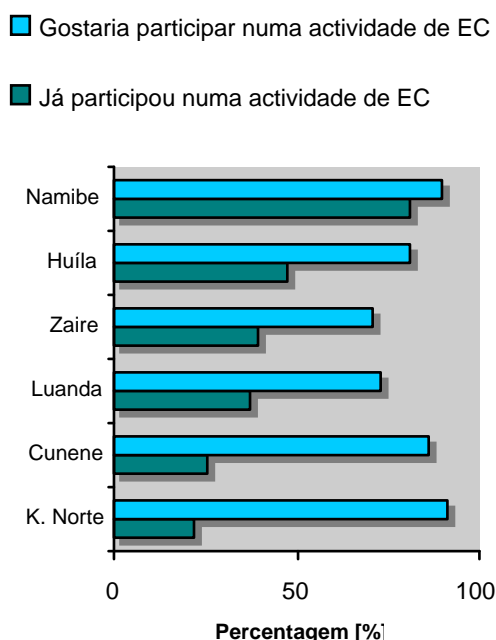


Tabela 5. Participação nas actividades de EC

Província	Já participaram nas activ. de EC		Desejam participar em futuras activ.	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Cunene:	27/107	25.2%	92/107	86%
Huíla:	334/704	47.4%	572/704	81.3%
K.Norte:	24/109	22%	99/109	90.9%
Luanda:	94/254	37%	168/254	73.2%
Namibe:	39/48	81.3%	43/48	89.6%
Zaire:	15/38	39.5%	27/38	71%

Quanto à participação prévia dos respondentes em actividades de EC, os níveis são bastante diversos. Surpreendentemente, mais de 81% dos respondentes da província de Namibe já participaram numa intervenção de EC. Isso é provavelmente devido ao pequeno número de respondentes e à fraca cobertura desta província – é bem possível que a maioria dos respondentes participou numa só intervenção, ou que responderam à pesquisa durante esta mesma intervenção. Igualmente, a alta percentagem na Huíla pode ser devida a uma selecção desequilibrada, com que os activistas motivados colocaram as perguntas nas comunidades onde já intervieram anteriormente. Provavelmente os níveis das outras províncias

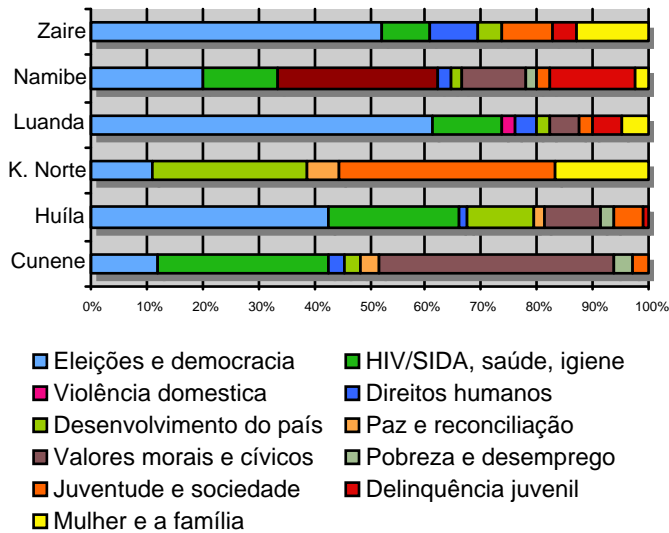
dão uma representação mais realista da situação prevalente.

Um caso bem diferente apresenta-nos a pergunta sobre a intenção ou o desejo de participar em futuras actividades de educação cívica, se essas forem propostas. Aqui, todas as províncias apresentam níveis de concordância acima de 70%, com uma aprovação média de 82%. Isso supõe a indicação duma motivação enorme de participar no processo político.

6.1. Temas abordados nas actividades de EC.

Portanto, quando analisamos os temas abordados nas intervenções anteriores, vemos grandes diferenças entre as províncias. O tema "clássico" da educação cívica, especialmente nesta fase de preparação das eleições seria "eleições e democracia". Portanto, este foi o tema principal somente nas províncias de Zaire, Luanda e Huíla. "Paz e reconciliação" foi o tema mais importante unicamente no Kuanza Norte, enquanto as "Valores morais e cívicas" predominam no Cunene. Este último tema preocupa bom número de respondentes também em Huíla, Namibe e Luanda. Outros temas importantes foram a saúde, especialmente o HIV/SIDA (todas províncias menos o Kuanza Norte) ou o papel da mulher na sociedade e a valorização da família (Kuanza Norte, Luanda, Namibe e Zaire).

Fig. 5. Temas abordados na EC



É claro que as realidades locais diferem bastante de província em província, e que cada comunidade tem os seus próprios problemas e preocupações. Provavelmente, portanto, essa variedade de temas é também devida a diversidade dos actores presentes na área de educação cívica. Como as ONG diferentes têm cada uma outras prioridades, e diferentes áreas de intervenção não é surpreendente que os resultados diverjam tanto. Mas como a secção seguinte vai demonstrar, também será preciso determinar os temas para a educação cívica em conjunto com os actores locais.

6.2. Temas que deviam ser abordados

Para facilitar a compreensão e a legibilidade do seguinte, somente os temas mais importantes para cada província foram seleccionados. É claro que este tipo de enumeração nunca é concludente ou abrangente de todos os problemas de cada comunidade, mas pode dar-nos uma primeira indicação dos temas recomendados para complementar as futuras intervenções de educação cívica.

Tabela 6. Temas desejados para futuras actividades de EC, agrupados por província	
Cunene:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento comunitário, o problema da água 2. Vícios morais, educação cívica e moral 3. Paludismo e cancro
Huíla:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como votar? 2. Violência doméstica 3. Desenvolvimento Comunitário e infra-estrutural: escolas, redistribuição das riquezas do país, melhorar as condições do povo, desemprego 4. Delinquência juvenil 5. Paz e reconciliação 6. O significado das eleições, as mudanças que trazem, civismo 7. DTS/HIV/Saúde
K.Norte:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mulher e família 2. Desenvolvimento do país 3. Reconciliação, resolver conflitos em paz
Luanda:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Delinquência juvenil, desemprego, corrupção 2. Urbanismo, reabilitação das infra-estruturas, reconstrução do país
Namibe:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência doméstica 2. Delinquência juvenil, desemprego
Zaire:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude, desemprego, delinquência, educação 2. Liberdade de expressão, direitos humanos, livre voto.

O voto mais claro vem do Cunene, com mais de 75% dos respondentes que querem falar da falta de água na província. É bastante impressionante ver que o desenvolvimento comunitário nestas localidades ainda precisa muito mais esforços para satisfazer as carências do povo. Existem bastantes diferenças entre os temas predominantes nas varias províncias, por isso será preciso determinar os pontos centrais de cada intervenção diferentemente.

Pelo menos, há uns temas recorrentes: a delinquência juvenil preocupa um bom número de respondentes, maioritariamente no Namibe, Zaire, na Huíla e em Luanda. Essa delinquência é claramente ligada a uma outra

inquietação importante, as condições sócias, principalmente a falta de emprego que é significativa nas mesmas províncias.

Igualmente importante parece, mais uma vez, a melhoria das condições de vida, com o desenvolvimento comunitário e a reabilitação das infra-estruturas básicas (já nomeadas na tabela 4). Surpreendentemente, a violência doméstica só aparece na Huíla, assim como reconciliação e paz são nomeadas apenas na Huíla e no Kuanza Norte.

Finalmente também é claro que ainda mais esforços devem ser dirigidos à explicação do funcionamento do processo eleitoral e da democracia, com um bom número de respondentes que ainda sentem-se desassossegados sobre a conduta das eleições e os possíveis resultados destas (uma pergunta frequente foi: "como votar"?).

7. Lições aprendidas e recomendações:

Para facilitar a avaliação deste tipo de pesquisa, seria desejável que o consultor não só elabore a pesquisa mas que ele/ela também esteja presente no momento da recolha dos dados e, especialmente, na compilação dos dados num só ficheiro para a análise. Infelizmente, a nossa intenção de já obtermos dados compilados para cada localidade não foi realizada. Daqui, algumas variáveis do inquérito não renderam resultados significativos. Por isto, numa próxima pesquisa deste género, será preciso já determinar as codificações das várias respostas possíveis com antecedência. Nas folhas de avaliação para cada localidade, há de ter menos espaços livres para texto, e mais categorias de respostas já classificadas. Este aspecto deve ser enfatizado nos dias de formação com os parceiros. Acho que foi sobretudo da parte do consultor que poderia ter tido uma melhor preparação da avaliação do inquérito. Além disso houve alguns constrangimentos de tempo como os parceiros não entregaram os resultados no prazo acordado. Isto não obstante a pesquisa pode ser vista como um sucesso dentro dos objectivos previstos.

A cobertura geográfica de cada província foi, neste caso, bastante desigual. Enquanto nas províncias de Huíla e Luanda um bom número de bairros e aldeias foi abrangido, a cobertura nas províncias do Namibe e do Zaire foi tão

fraca que os resultados já quase não mais podem ser vistos como significativos para toda a província. Pelo menos, é muito importante já incluir os parceiros provinciais na fase inicial do projecto. Mais esforços podem ser dirigidos na integração de parceiros motivados antes do implementação do projecto, portanto é também importante acentuar a importância de respeitar os prazos definidos.

Além de sensibilizar a população sobre o significado e o funcionamento das eleições, as actividades de EC representam uma oportunidade sem igual para a formação e articulação duma nova consciência política. Elas podem oferecer um espaço publico para discutir os assuntos da comunidade de intervenção e desenvolver uma visão comum para o futuro do país. especialmente num país como Angola, onde o espaço para as ONGs abordarem temas políticos fica ainda bastante restrito, a educação cívica constitui um primeiro passo para tratar dos assuntos de cada dia. Assim a população pode ser sensibilizada sobre os seus direitos e as obrigações que cada governo tem para com os cidadãos e cidadãos. E o melhoramento das condições de vida pode assim ser um resultado tangível da mudança política.

Acho que o PECE-II tem certamente de determinar as suas próprias prioridades temáticas acerca das eleições. Para desenvolver um programa de educação cívica é preciso ter objectivos claros e bem definidos, através dos quais o sucesso das intervenções pode ser medido por conseguinte. Nestas partes básicas do programa será possível transmitir um conhecimento mais aprofundado do funcionamento das eleições, do significado da escolha livre e da importância da resolução pacífica e democrática de conflitos políticos. Esta primeira parte constituirá a fundação em cima de que uma vontade comum pode ser construída. Portanto é necessário aproveitar o interesse da população e do espírito de optimismo prevalente para fomentar um espírito de participação comunitária e da articulação livre das opiniões de cada uma e um. Por isso, seria bom ao mesmo tempo abordar temas que sejam relevantes para o cada dia das comunidades de intervenção. Sugeriria que os activistas nas províncias levantassem logo na primeira intervenção quais são as maiores preocupações nas comunidades, para adaptar o conteúdo das

actividades no conseguinte. Aqui a diversidade dos parceiros e a grande experiência que eles têm nas suas áreas de alvo pode ser uma vantagem para o sucesso do PECE-II, por que a sensibilidade para com a situação local provavelmente poderá ser aumentada. Com a participação de todos os cidadãos, as condições de vida mudarão certamente para o melhor.

Jon Schubert, Novembro de 2007